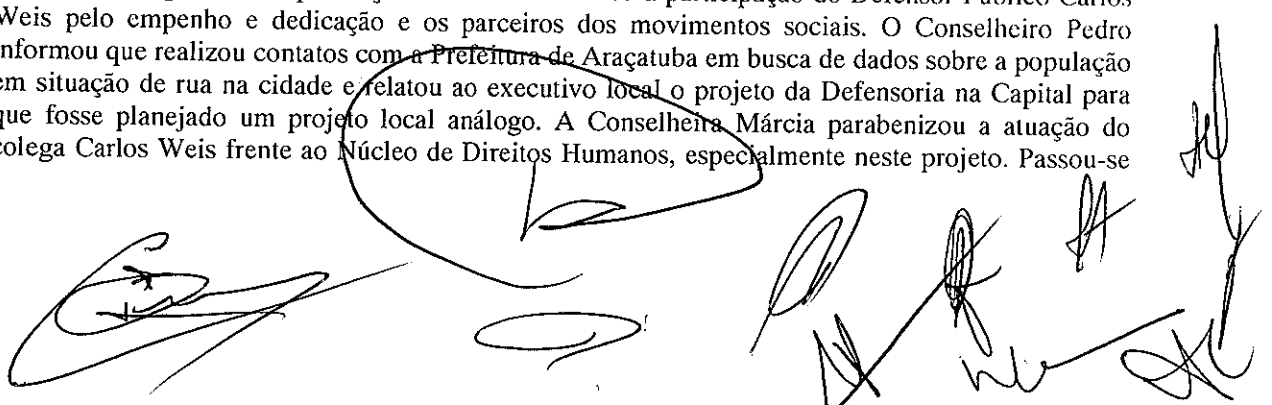
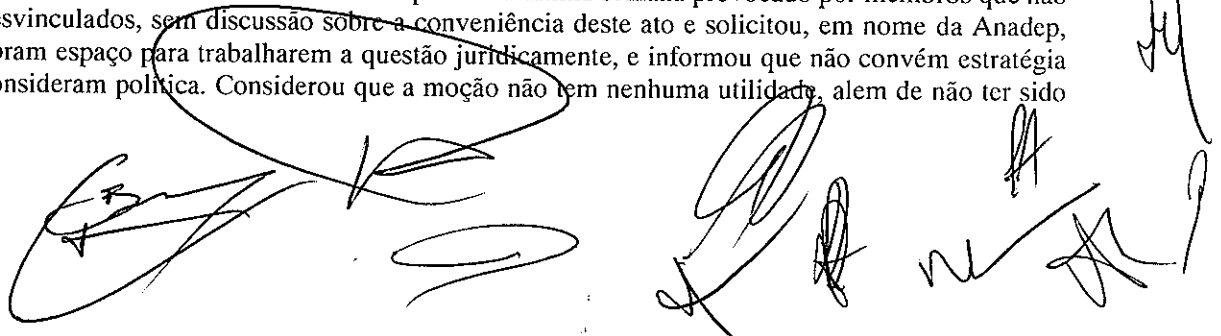


ATA DA 250ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO – BIÊNIO 2010/2012

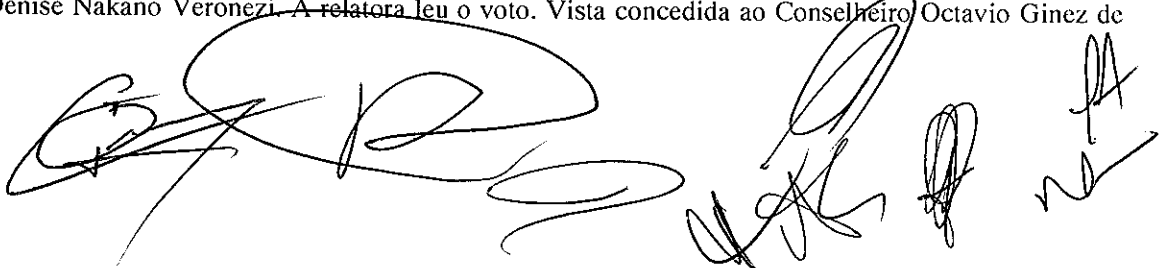
Aos dois dias do mês de setembro do ano dois mil e onze, na Sala de Reuniões do Edifício sede da Defensoria Pública do Estado, situado na Rua Boa Vista, nº 200, 1º andar, reuniu-se o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, sob a Presidência da Senhora Defensora Pública-Geral do Estado, Daniela Sollberger Cembranelli. Presentes os (as) Conselheiros (as) Antonio José Maffezoli Leite, Fabiana Botelho Zapata, Bruno Diaz Napolitano, Denise Nakano Veronezi, Luis Cesar Rossi Francisco, Franciane de Fátima Marques, Márcia Regina Garutti, José Moacyr Doretto Nascimento, Pedro Antonio de Avellar, Octavio Ginez de Almeida Bueno, e, representando a Apadep, Rafael Valle Vernaschi. Ausentes justificadamente os (as) Conselheiros (as) Luciana Zaffalon Leme Cardoso, Juliana Garcia Belloque. Deu-se início aos trabalhos às 10h00min horas. A Presidente encaminhou a ata da 249ª sessão ordinária para aprovação. Aprovada por unanimidade. Comunicou que o pagamento relativo ao mês de agosto será excepcionalmente pago no 4º dia útil, em razão do feriado do dia 07 de setembro. Informou que se reuniu com a Secretária de Estado da Justiça e Cidadania, Eloísa Arruda, e com o Desembargador José Carlos Ferreira Alves para discutirem a participação da Defensoria nos Centros de Conciliação que serão implantados pelo Tribunal de Justiça. Informou que esta semana houve a reunião do Condege, para escolha da nova Presidência e que a chapa vencedora teve apoio da Defensoria Geral do Estado de São Paulo. Informou que as carteiras funcionais serão distribuídas em caráter provisório, visto que não há possibilidade de mudanças imediatas. Informou que a parceria da Defensoria Pública para atendimento a população de rua se iniciou ontem. Informou que o relatório de gestão da defensoria geral foi encaminhado ontem pela Coordenadoria de Comunicação. Anunciou ingressará com três mandados de segurança em razão da capacidade postulatória não reconhecida por três Desembargadores do Tribunal de Justiça. Passou-se ao momento aberto. A Defensora Pública Patrícia Lucíola Dias de Moraes, da VEC, relatou que a Unidade está trabalhando com a iluminação prejudicada, o que ocasionou um problema de saúde relacionado à sua visão. Informou que já foi feito o pedido de novas luminárias, mas que até o momento não foram atendidos. A Conselheira Denise informou que já foi elaborado um projeto de iluminação para a Unidade, que funciona no Fórum Criminal da Barra Funda, mas que o TJ ainda não autorizou intervenções naquelas salas e se comprometeu a buscar medidas paliativas até que a Defensoria seja autorizada a executar o projeto. A Presidente comprometeu-se a se envolver na questão e buscar soluções junto à CGA. O Senhor Anderson Lopes, do Movimento Nacional da População de Rua agradeceu a iniciativa da Defensoria Pública em atender esta população carente que antes não contava com acesso a justiça gratuita. Informou que a parceria já está sendo exemplo para outros estados. Entregou para a Defensora Geral o material entregue no movimento. O Senhor Alderon Pereira da Costa, da Rede Rua, agradeceu a parceria da Defensoria Pública do Estado. Discursou sobre a situação das pessoas em situação de rua e destacou a importância do passo que foi dado. Informou que o Jornal completou 20 anos e entregou uma edição para cada conselheiro. O Defensor Público Carlos Weis, coordenador do Núcleo de Direitos Humanos, demonstrou o trabalho realizado por Defensores do Estado em conjunto com Defensores da União. Agradeceu a presença da Defensora Geral no ato. Falou que o modelo utilizado será acompanhado por todo o Estado. Agradeceu a Administração, especialmente a pessoa do Primeiro Subdefensor Público-Geral, também a Conselheira Franciane, a colega Amanda Pontes e a Servidora Tatiana Whately pelo empenho e dedicação no novo projeto. A Presidente agradeceu a presença de todos e enalteceu a participação do Defensor Público Carlos Weis pelo empenho e dedicação e os parceiros dos movimentos sociais. O Conselheiro Pedro informou que realizou contatos com a Prefeitura de Araçatuba em busca de dados sobre a população em situação de rua na cidade e relatou ao executivo local o projeto da Defensoria na Capital para que fosse planejado um projeto local análogo. A Conselheira Márcia parabenizou a atuação do colega Carlos Weis frente ao Núcleo de Direitos Humanos, especialmente neste projeto. Passou-se

The bottom of the page contains several handwritten signatures and initials in black ink. There are approximately seven distinct marks, including a large signature on the left, a central signature, and several smaller initials or signatures on the right side.

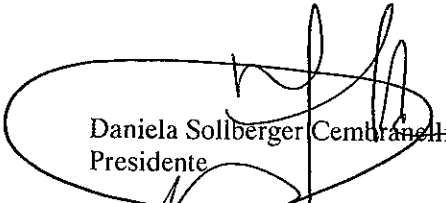
às comunicações da Secretaria. A secretária justificou a ausência da conselheira Luciana Zaffalon e informou aos conselheiros que o Defensor Público Geraldo Sanches Carvalho protocolou na Secretaria do Conselho Superior o relatório do Curso Intensivo de Pós graduação "Sistema Penal: Questões Fundamentais", para o qual foi afastado pelo Colegiado na 241ª sessão ordinária. Informou que cópia do relatório foi encaminhada à Edepe e que o original está a disposição dos Conselheiros, encartado nos autos arquivados na Secretaria. Não havendo mais comunicações, passou-se a manifestação dos conselheiros. A presidente lamentou os encaminhamentos da última sessão quanto ao pedido protocolado pelos Conselheiros José Moacyr, Franciane, Octavio Ginez e Fabiana Botelho Zapata e a moção aprovada pela Apadep sugerindo a desvinculação da Defensora Geral e dos demais Defensores da Administração superior dos quadros da OAB/SP. Lembrou que todas as vezes que a administração superior precisa trazer uma questão polêmica ao colegiado informa com antecedência para abrir uma discussão democrática. Considerou a iniciativa antidemocrática e defendeu o diálogo franco na instituição. Opinou que o pedido não tinha o objetivo de convencê-la a se desfiliar dos quadros da OAB, pois, se esse fosse o caso, ela teria sido ouvida a respeito. Lamentou a moção dirigida aos Defensores que integram a administração superior, porque não foram ouvidos a respeito. Apontou que nunca foram discutidos os impactos da desvinculação de um Defensor Geral após o ajuizamento de uma Adin no STF, visto que caberá a ela em conjunto com a Anadep, o papel de interlocutora perante os Ministros daquele tribunal. Lembrou que, durante os momentos de crise, foi procurada várias vezes por Defensores desvinculados e vinculados à OAB, e que algumas vezes lhe pediram para fazer uma recomendação para que os Defensores voltassem à OAB, o que nunca acatou, por mais que divergisse de estratégias adotadas, por respeito ao debate e às posições individuais. Apontou que jamais apoiaria uma moção que solicitasse o retorno aos quadros da OAB de Defensores desvinculados, do mesmo modo que não compactua com moções que obriguem os Defensores a desvincularem. Discorreu sobre as estratégias da Defensoria Geral para zelar os princípios institucionais da carreira. Informou que não vai se desvincular visto que não é uma boa estratégia para o julgamento da Adin e opinou que este pedido formulado pelos conselheiros pode ter um peso negativo. Pediu a todos uma reflexão. Disse achar lamentável a comparação que foi feita com a administração de Defensorias de outros Estados, citados por Conselheiros, pela diferença notória de trajetórias e história. A Conselheira Márcia reiterou o que foi dito pela Defensora Geral e solicitou que a Apadep se atente a importância da garantia de assento, assegurado por lei, de associação representativa no âmbito do Conselho e para o peso da voz que possui, sugerindo uma reflexão maior a respeito. Mencionou que a carreira não teve chance de se pronunciar sobre o assunto, por não ter sido consultada. Informou que não iria se desvincular, pois ninguém poderia lhe assegurar qual será o resultado da discussão, por estar sob análise do STF. Disse que a falta de serenidade pode levar a erros. O representante da Apadep, Rafael Vernaschi, informou disse que o posicionamento da Apadep tem sempre sido feito de modo claro e objetivo, respaldado em assembleias gerais ou em reuniões abertas em que todos são convidados a participarem. Informou que a Apadep não defende a desvinculação em massa dos Defensores Públicos e sim, que os Defensores da Administração Geral que fazem a interlocução deste tema se desvinculem a fim de dar maior legitimidade ao discurso. A Conselheira Denise indagou a Rafael se a carreira quer a desvinculação da Defensora Geral. Apontou que não houve discussão prévia da Associação com os Defensores. Ponderou que esta desvinculação por parte da defensoria geral pode soar como uma afronta para o Supremo Tribunal Federal. O Conselheiro Bruno endossou a posição da Apadep e opinou que os Ministros do Supremo Tribunal Federal já possuem conhecimento sobre instituições de Estado e podem avaliar positivamente a importância dessa questão para a Defensoria. A Conselheira Franciane informou que o ofício foi encaminhado à Defensora Geral e na oportunidade não se recordava de que a mesma não presidiria a sessão. Informou que a intenção era de sugerir e demonstrar que a discussão está avançando. O Conselheiro Antonio lamentou a atitude do conselho superior na última semana provocado por membros que não são desvinculados, sem discussão sobre a conveniência deste ato e solicitou, em nome da Anadep, que abram espaço para trabalharem a questão juridicamente, e informou que não convém estratégia que consideram política. Considerou que a moção não tem nenhuma utilidade, além de não ter sido



discutida com quem ainda é vinculado e com a Anadep. Considerou que a estratégia adotada até o momento está sendo bem entendida, que os pareceres até agora são favoráveis. O Conselheiro José Moacyr considerou que o pedido é pertinente e que a discussão vem ocorrendo de forma madura por este Conselho Superior. Ratificou as palavras da Conselheira Franciane. Sugeriu que a carreira seja ouvida via consulta pública. A Conselheira Franciane opinou que a Apadep tenha uma interlocução com a Anadep a fim de evitar conflitos nas posturas quanto ao tema. A Presidente abriu a palavra para assuntos diversos. O Conselheiro Pedro informou que a área de infância e juventude, principalmente no interior, tem se deparado com frequência com situações nas quais há colidência entre interesses da família e da criança ou adolescente. Ressaltou que os Defensores dessa área vem travando um diálogo intenso e que recentemente recebeu do Defensor Flávio Frasseto um rico material sobre o assunto. A Conselheira Denise prestou informações sobre a notícia do atendimento da Defensoria Pública de Guarulhos que esta sendo equivocadamente atacada pela OAB Regional. O representante da Apadep informou que esteve com Desembargadores na data de ontem para tratar do assunto e que sentiu o impacto positivo na propositura da Adin e dos pareceres favoráveis. Noticiou que o ato da Edepe regulamentando o pagamento de diárias para curso de línguas foi criticado por parte da carreira, por haver medidas bastante restritivas. A Presidente sugeriu a presença da Diretora da Edepe para maiores esclarecimentos, caso seja necessário e concordou quanto ao mérito do ato, explicando que deve ter sido motivado por uma questão de escolha de prioridades. O Conselheiro José Moacyr ponderou que o ato da Edepe para racionamento dos gastos não condiz com o número de afastamentos. A Presidente informou que a Administração Superior tem sido absolutamente clara quanto ao orçamento. Informou que entrou em contato com a Coordenadora Geral de Administração e foi informada que não houve, até o momento, nenhum pedido formal para aquisição de luminárias para a VEC. Não havendo mais manifestações, passou-se a ordem do dia. O Conselheiro Antonio solicitou inversão à ordem do dia para votar os processos de sua relatoria que estão na pauta. Aprovado. CSDP nº 281/11. Interessado: Grupo de planejamento para regulamentar as visitas em estabelecimentos prisionais. Assunto: Proposta de Deliberação que cria a função de Coordenador de Assistência a Presos Provisórios e fixa suas rotinas administrativas. Relator: Conselheiro Antonio Jose Maffezoli Leite. O relator leu o voto. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto do relator, converter o julgamento do processo em diligência e retornar para a pauta em 16 de setembro de 2011 para realização de audiência pública para discussão do tema. CSDP nº 303/11. Interessado: Luciana Rocha Barros Veloni Alvatenga. Assunto: Impugnação ao resultado final do concurso de promoção do nível II para o nível III, relativo ao ano de 2011. Relator: Conselheiro Antonio José Maffezoli Leite. O relator leu o voto pelo provimento da impugnação. O Conselho Superior deliberou, por maioria de votos, nos termos do voto do relator, dar provimento ao recurso. Vista concedida ao Conselheiro Pedro Antonio de Avellar. CSDP nº 306/11. Interessada: Renata Simões Stabile Bucceroni. Assunto: Pedido de afastamento para participação no "Curso de Medidas Cautelares previstas na Lei 12403/11", nos dias 18 e 19 de agosto de 2011. Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselheiro Luis Cesar proferiu a leitura do voto vista pelo indeferimento do pedido. O Conselho superior deliberou, por maioria de votos, nos termos do voto da relatora, deferir o afastamento da interessada. Vencidos os Conselheiros Luis Cesar Rossi Francisco, Denise Nakano Veronezi e Márcia Regina Garutti. CSDP nº 261/10. Interessado: Pedro Antonio de Avellar. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 01/06 (regimento interno do Conselho Superior). Relatora: Conselheira Márcia Regina Garutti. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 483/10. Interessado: Wladimir Alves Bitencourt. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP 25/06 (que regulamenta o Concurso de Promoção na Carreira de Defensor Público). Relator: Conselheiro Octavio Ginez de Almeida Bueno. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 198/11. Interessado: Coordenadora do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (novembro de 2010 a maio de 2011). Relatora: Conselheira Denise Nakano Veronezi. A relatora leu o voto. Vista concedida ao Conselheiro Octavio Ginez de

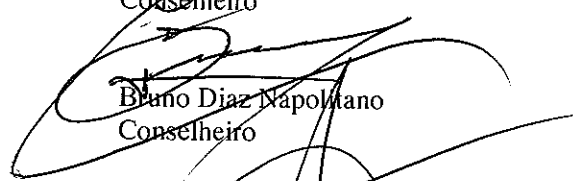


Almeida Bueno. CSDP nº 292/11. Interessado: EDEPE. Assunto: Pedido de afastamento para participação no curso "Temas Fundamentais de Direito Administrativo", no período de 31 de agosto a 2 de setembro de 2011. Relator: Conselheiro Pedro Antonio de Avellar. O relator leu o voto. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto do relator, homologar a desistência da Defensora Pública Angela de Lima Pieroni Bertoni. CSDP nº 295/11. Interessado: Eliel Silvano Miguel. Assunto: Recurso face à ordem de convocação do Concurso Regionalizado de Estagiários de Direito. Relatora: Conselheira Denise Nakano Veronezi. A relatora leu o voto. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto da relatora, não conhecer o pedido. CSDP nº 307/11. Interessado: EDEPE. Assunto: Pedido de afastamento para participação no "II Congresso Nacional de Defensores Públicos da Infância e Juventude", no período de 08 a 10 de setembro de 2011. Relatora: Conselheira Franciane de Fátima Marques. A relatora leu o voto. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto da relatora, deferir o afastamento dos interessados, quais sejam: Bruna Rigo Leopoldi Nunes, Fernanda Caccavali Macedo, Jonas Zoli Segura, Luis Gustavo Fontanetti A. da Silva e Samir Nicolau Nasralla. CGDP/CAEP nº 021/10. Interessada: Lucas Pampana Basoli. Assunto: Defensora Pública em estágio probatório. Relator: Conselheiro José Moacyr Doretto Nascimento. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP/CAEP nº 009/10. Interessada: Fernando Catache Borian. Assunto: Defensora Pública em estágio probatório. Relator: Conselheiro Antonio José Maffezoli Leite. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP/CAEP nº 007/10. Interessada: Leandro de Castro Gomes. Assunto: Defensora Pública em estágio probatório. Relatora: Conselheira Franciane de Fátima Marques. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto da relatora, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP/CAEP nº 010/10. Interessada: Caio Jesus Granduque Jose. Assunto: Defensora Pública em estágio probatório. Relator: Conselheiro Octavio Ginez de Almeida Bueno. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. Não havendo mais processos a serem relatados na ordem do dia, a Senhora Presidente declarou encerrada a sessão Eu, Andrea Silva Britto, Secretaria do Conselho Superior da Defensoria Pública, lavrei esta ata, que será objeto de aprovação na abertura dos trabalhos da próxima sessão. São Paulo aos dois dias do mês de setembro do ano de 2011.



Daniela Sollberger Cembranelli
Presidente

Luis Cesar Rossi Francisco
Conselheiro



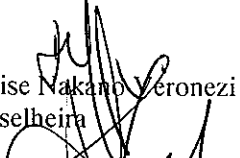
Bruno Diaz Napolitano
Conselheiro



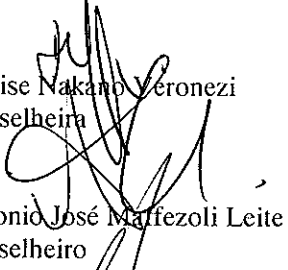
José Moacyr Doretto Nascimento
Conselheiro



Márcia Regina Garutti
Conselheira



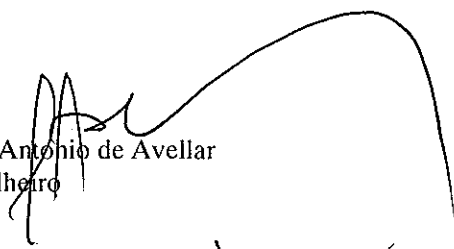
Denise Nakano Veronezi
Conselheira



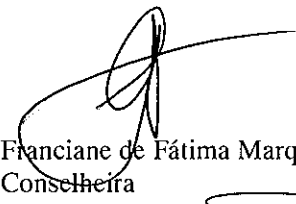
Antonio José Maffezoli Leite
Conselheiro



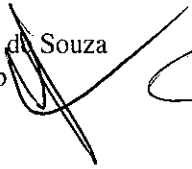
Fabiana Botelho Zapata
Conselheira



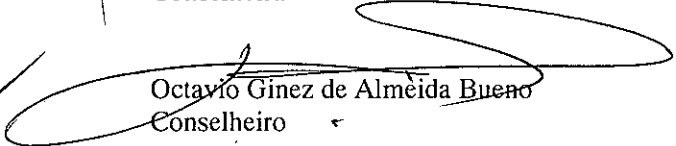
Pedro Antonio de Avellar
Conselheiro



Franciane de Fátima Marques
Conselheira



Rafael Morais Portugues de Souza
Representante da Apadep



Octavio Ginez de Almeida Bueno
Conselheiro